

# Análise Comparativa do Posicionamento dos Membros Permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas Frente ao Conflito Israel-Palestino de 2021

*Mirella Vargas de Souza<sup>1</sup>*

*Thagy Amanay do Amara<sup>2</sup>*

*Thais Lysakowski Ness<sup>3</sup>*

**Resumo:** Com o confronto entre Israel e Palestina ocorrido em maio de 2021, os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) se reuniram para discutir a questão, como costuma ocorrer quando há ameaças à paz mundial. Com isso, o artigo tem por objetivo comparar os posicionamentos dos países membros permanentes do CSNU — sendo eles Estados Unidos, China, França, Reino Unido e Rússia. Assim, estabeleceu-se quatro variáveis a serem comparadas, referentes aos discursos e à relação dos países com os atores do conflito, a fim de analisar a neutralidade desses membros do CSNU. Concluiu-se que os discursos dos países não eram neutros, com a maioria tendendo a se alinhar com Israel, além de mostrarem relutância em tomar medidas mais drásticas para acabar com o conflito.

**Palavras-chave:** análise comparada; Conselho de Segurança das Nações Unidas; Israel; Palestina.

---

1 Graduanda do sexto semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: mirellavargas.sou@gmail.com

2 Graduanda do sexto semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: amarlthagy@gmail.com

3 Graduanda do sexto semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: thaisness@gmail.com

## **1 Introdução**

O presente trabalho busca analisar comparativamente o posicionamento dos países membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas diante do conflito entre Israel e Palestina ocorrido no mês de maio de 2021. A delimitação do período analisado corresponde ao recente conflito na região, que persiste desde a década de 1940. Devido ao longo histórico de conflitos entre os países e às inúmeras reuniões do conselho quanto às possíveis resoluções das confrontações, a justificativa para essa delimitação de análise se deve à atualidade do último conflito, mantendo-se atualizado quanto aos posicionamentos atuais dessa guerra que se mantém com o passar dos anos.

O trabalho parte da hipótese de que o posicionamento dos Estados-membros do conselho pode ser explicado pela sua relação com a região do conflito e os seus interesses sociais, econômicos e bélicos. Desta forma, destaca-se o papel e a relevância desses países nessa instituição e a sua influência nas decisões do conselho, podendo ocasionar mudanças diretas no conflito. Assim, os fatores de poder e influência, em conjunto com os interesses internos desses países, afetam historicamente um conflito de décadas.

Por fim, acerca da estrutura do trabalho, primeiramente será apresentado o histórico do conflito Israel-Palestina, sua origem, suas causas e consequências e o conflito de 2021. A partir disso, adentraremos no estudo sobre o Conselho de Segurança da ONU e a sua atuação no conflito, abordando quais as movimentações tomadas e o posicionamento dos Estados Unidos da América, da Federação Russa, da República Francesa, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e da República Popular da China. Em seguida, será feita a análise comparada entre os posicionamentos e, por último, serão apresentadas as considerações finais.

## **2 Contextualização: A História da Guerra Israel-Palestina**

Nesta seção, entender-se-á melhor sobre a história envolvendo Palestina e Israel, a fim de compreender a origem dos conflitos dessa região. Assim, serão apresentados também os acontecimentos que levaram à guerra de 2021, que é o foco de análise deste artigo.

## 2.1 Histórico do Conflito

A região da Palestina tem uma importância histórica e religiosa para os povos cristãos, judeus e muçulmanos, em especial a cidade de Jerusalém. Essa região foi dominada pelo império Romano por volta do século I d.C., e a tentativa judaica de derrotar os romanos levou o povo judeu a uma de suas muitas diásporas — ou seja, foram forçados a deixar sua região de origem (RUAN; SATUR, 2020).

Em razão da diáspora judaica, muitos judeus buscaram refúgio na Europa, tendo um grande número se alocado na Espanha. Mas tal país, depois de alguns séculos, também deixou de ser um lar para esse povo. Devido à Inquisição católica do século XV — que ocorreu principalmente em Portugal e na Espanha — e ao reinado dos reis católicos Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, os judeus foram expulsos dessa região, dando início a mais uma diáspora. O mesmo ocorreu com os muçulmanos que ali viviam. Porém, os últimos voltaram para as terras palestinas, que no momento se encontravam sob domínio turco, enquanto os primeiros se espalharam ainda mais pela Europa (RUAN; SATUR, 2020).

Dessa forma, com séculos de sofrimento em sua história, houve no século XIX o florescimento do movimento sionista, que defendia a criação de um Estado para o povo judeu, tendo em vista todas as dominações e os deslocamentos pelos quais esse povo passou. Esse Estado, segundo o movimento, deveria ser situado na chamada Terra Santa, no território palestino — ou seja, seria uma volta à sua terra natal, ou “à terra prometida”. Isso, somado ao sentimento antissemita que se expandiu na Europa no início do século XX, fez com que muitos judeus se dirigissem à região da palestina. Em resposta ao grande número de judeus em território palestino, emergiu o nacionalismo árabe, tendo em vista o descontentamento que tal migração causou. Ainda, com a Declaração de Balfour, de 1917, que mostrava o apoio britânico à criação de um Estado judeu, houve um aumento ainda maior da migração desse povo para a Palestina, o que gerou uma tensão com o povo árabe da região (RUAN; SATUR, 2020).

Porém, muitos judeus continuaram a viver na Europa, e acabaram sendo vítimas do holocausto ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial. Em decorrência desse acontecimento, a ONU decidiu pela partilha da Palestina, em 1947, para a criação de um Estado para os judeus. Como o povo árabe já se mostrava descontente com a chegada do outro povo às terras palestinas, logo após a independência do

Estado de Israel, em 1948, uma guerra foi iniciada na região entre os dois povos. Mesmo com o apoio de outros países árabes, a Palestina sofreu uma derrota e Israel saiu vitorioso, dando início à expansão do território israelense, que ultrapassou as fronteiras definidas inicialmente pela ONU. Anos mais tarde, em 1967, uma guerra entre Israel e Egito, conhecida como Guerra dos Seis Dias, fez com que a Palestina perdesse ainda mais territórios, tendo Israel tomado o controle da Cisjordânia, de Jerusalém Oriental e de Gaza (LAMESA, 2021).

Quanto a essas tomadas de territórios, os judeus israelenses argumentam que o mundo árabe é grande em território, estando presente inclusive em mais de um continente, enquanto o território de Israel seria insignificante frente a essa imensidão (RUAN; SATUR, 2020). Mas os palestinos não aceitaram o que hoje é visto como uma colonização israelense. Inicialmente, formou-se a Organização de Libertação da Palestina (OLP), grupo de resistência palestino, auxiliado pela Liga Árabe. Anos depois, iniciou-se o primeiro movimento de revolta do povo palestino, que ficou conhecido como Intifada. Todavia, os palestinos não possuíam força bélica como os israelenses, fazendo com que houvesse três vezes mais mortes do lado palestino (LAMESA, 2021).

Anos depois, foram feitos acordos de paz entre o Primeiro-Ministro de Israel e o líder da OLP, que ficaram conhecidos como Acordos de Oslo. Esses acordos buscavam a paz entre os dois povos, mas não houve sucesso. O Estado de Israel continuou sua expansão (Imagem 1), adentrando ainda mais no território palestino, fazendo com que milhares de pessoas fossem expulsas de suas casas. Mais uma Intifada ocorreu e, em resposta, os israelenses iniciaram a construção de um muro, cercando Jerusalém Oriental e Cisjordânia, o que levou à segregação da população palestina. O muro conta com câmeras de vigilância e arames farpados, e os palestinos necessitam de uma autorização para atravessar essa barreira (RUAN; SATUR, 2020; LAMESA, 2021).

Além disso, os conflitos se intensificaram ainda mais quando o Hamas — movimento islamista da Palestina — passou a governar Gaza. Isso porque o Hamas, reconhecido como um grupo terrorista pelos Estados Unidos e pela União Europeia, dentre alguns outros países, é contra a existência do Estado de Israel. Então, os israelenses veem a Faixa de Gaza como uma área inimiga (LAMESA, 2021). Portanto, pode-se entender que, atualmente, essa guerra se dá principalmente entre

um grupo extremista e um país colonizador, dificultando, assim, que se chegue a um acordo de paz entre os dois povos e levando ao conflito visto em 2021.

### Imagem 1 - Ocupação israelense na Palestina através das décadas de conflito



Fonte: Toda Matéria, [s.d].<sup>4</sup>

## 3 O Conselho de Segurança da ONU

O Conselho de Segurança é um órgão das Nações Unidas que teve sua origem na Carta das Nações Unidas. Ele é o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional. O Conselho de Segurança é composto por quinze membros (cinco membros permanentes e dez não permanentes). Cada membro tem um voto, sendo que os cinco membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) têm poder de veto. Nos termos da Carta, todos os Estados-membros são obrigados a cumprir as decisões do Conselho (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019).

O Conselho de Segurança entra em ação quando se trata de determinar a existência de uma ameaça à paz ou um ato de agressão, convidando as partes em disputa a resolvê-la através de meios pacíficos, e emite recomendações sobre soluções (ONU, 2019).

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/conflito-israel-palestina/>.

### **3.1 O Conselho de Segurança da ONU e sua Atuação Frente ao Conflito Israelo-Palestino de 2021**

Desde o início do Conflito Israelo-Palestino de 2021, o Conselho de Segurança da ONU realizou diversas reuniões para tratar sobre o confronto. Em maio de 2021, o CSNU realizou uma reunião extraordinária para tentar definir uma posição comum sobre o conflito entre Israel e o grupo palestino Hamas, pois os Estados Unidos estavam em desacordo com a posição dos outros quatro membros permanentes do conselho — China, Rússia, Reino Unido e França (NEVES, 2021).

Em Agosto de 2021, após o agravamento das tensões entre Israel e Palestina, o Conselho de Segurança reuniu-se novamente. O encontro foi solicitado pelo vice-embaixador da Suécia, Carl Skau, junto com França e Egito, com o objetivo de discutir urgentemente como meios de reduzir a intensidade do conflito poderiam ser empregados (ESTADÃO, 2021).

Apesar de tais reuniões sobre o assunto, nada foi realmente definido pelo Conselho, e cada país posiciona-se de maneira diferente frente aos acontecimentos no Oriente Médio, de acordo com seus interesses. No entanto, o Secretário Geral da ONU afirmou que a organização tem um compromisso com todas as formas de diálogo por todas as partes e por outros atores que possam influenciar no processo de forma a apoiar os meios para acabar com as tensões e revitalizar o processo de paz. Ainda segundo ele, é preciso promover a solução de dois Estados, um israelense e outro palestino, vivendo lado a lado pacificamente e em harmonia (ONU NEWS, 2021).

### **4 O Posicionamento dos Países Membros do Conselho de Segurança da ONU diante do Conflito Israelo-Palestino de 2021**

Esta seção apresentará os posicionamentos dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, sendo eles os Estados Unidos, a Rússia, a França, o Reino Unido e a China, quanto ao conflito entre Palestina e Israel ocorrido em maio de 2021. Tais posicionamentos referem-se tanto às relações anteriores dos membros com ambos os atores envolvidos no conflito quanto, principalmente, aos discursos que foram proferidos em reuniões do Conselho de Segurança que tratavam sobre o recente confronto.

#### 4.1 Estados Unidos da América

A disputa entre Israel e Palestina é impactada por decisões políticas e econômicas norte-americanas desde a década de 1970. A interferência estadunidense se tornou mais evidente a partir dessa época, mesmo que os governantes procurassem manter a imagem de neutralidade do país diante do conflito. Os Estados Unidos se aproximaram de Israel durante a Guerra Fria com o objetivo de isolar a antiga União Soviética, além de querer fortalecer os israelenses de modo que o poder no mundo árabe fosse obrigado a se abrir para negociações no ocidente, beneficiando os Estados Unidos, principalmente na questão bélica e petrolífera. No ano de 1993, com a assinatura e a mediação do país norte-americano do Acordo de Oslo, que previa a união de esforços para a realização de paz entre os dois países, objetivando o fim do conflito e a abertura para as negociações territoriais, os Estados Unidos procuraram demonstrar uma posição neutra diante da disputa. Esse acordo foi mediado pelo então presidente Bill Clinton, sendo essas regras reconhecidas até hoje como “Parâmetro Clinton”, que também contava com a retirada das forças armadas israelenses da Faixa de Gaza e da Cisjordânia (CULPI; RODRIGUES, 2012).

Contudo, compreende-se que a maioria das propostas realizadas nesse acordo não foram colocadas em prática e houve a continuação do conflito. Com o avanço dos anos, os Estados Unidos foram mais incisivos quanto ao seu posicionamento sobre o conflito e o seu apoio a Israel. Durante o governo de Donald Trump, por exemplo, foi executado o reconhecimento da capital de Israel como Jerusalém, realizando uma provocação e reivindicação quanto a uma das causas iniciais do conflito: a religião. Ao tentar agradar os judeus e evangélicos norte-americanos, Trump expôs apoio às questões israelenses, com objetivo de garantir o voto dessa população. Portanto, é possível afirmar que após essas ações os Estados Unidos perderam a sua posição de neutralidade, sendo visto como um negociador parcial (ESTADO DE MINAS, 2021).

Desse modo, o governo do atual presidente Joe Biden tem o objetivo de mudar a imagem americana perante o mundo, voltando a demonstrar neutralidade. Todavia, as atitudes norte-americanas nas reuniões do Conselho de Segurança da ONU sobre os conflitos ocorridos em maio de 2021 não condisseram com um posicionamento neutro. Sendo assim, três reuniões do conselho terminaram

em impasse com os Estados Unidos bloqueando as tentativas de emissão de uma declaração conjunta pedindo um cessar-fogo condenando a resposta de Israel aos ataques de Gaza. Ademais, o próprio presidente enfatizou o direito de Israel de se defender dos ataques, não condenando a retaliação israelense na Faixa de Gaza. Durante a primeira reunião de emergência realizada pelo conselho, a adoção de um texto que dizia para que Israel parasse com as “atividades de colonização, demolições e expulsões de palestinos, incluindo Jerusalém Oriental” (ORAZEM, 2021), não foi aprovado pelos EUA. Diante desse cenário, diplomatas estadunidenses declararam que “os Estados Unidos não devem considerar uma declaração para ajudar em uma desescalada”, além de reforçar que o chefe da diplomacia dos EUA se reuniria com líderes israelenses e palestinos pedindo uma redução da violência para os dois lados (ORAZEM, 2021, on-line).

#### **4.2 Federação Russa**

A posição russa quanto ao conflito israelense-palestino dá-se desde a antiga União Soviética, refletindo os interesses nacionais russos. O país se mantém defensor de uma resolução pacífica e benéfica para os dois lados do conflito, entretanto, já assumiu que apoiará uma resolução que seja favorável à constituição da Palestina como um Estado autônomo. Compreende-se que esse posicionamento está de acordo com os alinhamentos políticos russos, visto que a sua política externa desde 2008 expõe que a Rússia pretende contribuir para a estabilização da situação, por meio de um acordo que estabeleça um Estado palestino independente (FREIRE, 2012).

A política externa russa se mantém firme aos seus interesses ao manter relações diplomáticas com Israel. Suas relações são de colaboração em matéria de contraterrorismo, em nível comercial, em termos tecnológicos, inclusive em equipamento militar, especialmente meios aéreos. Essa duplicidade pode levar ao entendimento de que a Rússia não seria nem pró-Palestina e nem pró-Israel, mas sim a favor de seus próprios interesses nacionais (FREIRE, 2012). Diante do conflito de 2021, o governo russo declarou que:

O problema palestino deve ser resolvido de acordo com as resoluções anteriores do Conselho de Segurança da ONU e em base justa que leve em consideração os interesses de todas as pessoas que vivem na região, com base no conceito de dois Estados (RÚSSIA, 2021).



Nesse encontro, o país informou que a sua posição quanto à questão Palestina permanecia inalterada. Além disso, a Rússia propôs ao conselho seu interesse em sediar e mediar uma conferência entre Israel e Palestina para iniciar um processo de paz. Nas reuniões realizadas nesse período, o presidente Vladimir Putin pediu uma desescalada do conflito entre os países e expressou uma grande preocupação quanto ao crescente número de mortos e feridos (RÚSSIA..., 2021).

As relações entre a Rússia e a Autoridade Nacional Palestina são mútuas; o país russo ofereceu apoio no combate à pandemia da Covid-19 com o envio de medicamentos, vacinas e profissionais de saúde. Além disso, há também uma busca pelo presidente palestino de um apoio russo para uma convenção entre o Quarteto (Rússia, União Europeia, Estados Unidos e ONU) para iniciar uma negociação de paz. Por fim, o líder palestino declarou que estava convencido de que tem apoio russo nos seus esforços em busca da paz (PODER 360, 2021).

### **4.3 República Francesa**

A França reconheceu simbolicamente o Estado da Palestina em 2014, e se comprometeu a reconhecê-lo formalmente caso as negociações entre Israel e Palestina fracassassem (YÁRNOZ, 2014). Porém, até o momento, não houve reconhecimento por parte da França. Ainda, em 2017, o presidente Emmanuel Macron declarou que não seria eficaz reconhecer oficialmente o Estado da Palestina, tendo em vista que isso não acabaria com o conflito e, segundo o presidente, poderiam causar reações negativas por partes de outros Estados, como Israel e os Estados Unidos (MALBRUNOT, 2017).

No que concerne à resolução do conflito, a França sustenta a solução de dois Estados, pois acredita que Israel e Palestina devem entrar em acordo para que ambos os Estados coexistam de forma pacífica, dividindo Jerusalém como capital. Também, o governo francês garante para Israel seu apoio para que o país tenha sua segurança garantida, mas ao mesmo tempo critica sua colonização nos territórios palestinos que vem sendo ocupados nos últimos anos (MACRON... 2017). Além disso, em 2021, o embaixador francês em Israel, Eric Danon, reconheceu o risco de apartheid por parte de Israel com o povo palestino, devido à falta de um Estado Palestino (ISRAEL... 2021).

Em relação ao conflito ocorrido em 2021 entre palestinos e israelenses, o representante da França no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), Nicolas de Rivière, reiterou o comprometimento do país com a solução de dois Estados, afirmando que essa seria a solução mais viável para que as hostilidades fossem cessadas. Além disso, o país se posicionou de forma a condenar tanto os ataques de foguete realizados à Israel, como também a colonização por parte de Israel no território de Jerusalém Oriental, tendo em vista a preocupação com o despejo de famílias palestinas que lá vivem. Dessa forma, comprometeu-se a garantir que os ataques não voltassem a ocorrer, e pediu a Israel que não conduza tal ocupação, afirmando que essa atitude vai contra o direito internacional. Ademais, houve por parte da França a preocupação com a entrada de ajuda humanitária e itens de emergência e com a reconstrução dos locais afetados pelo conflito, em especial da área médica, visto que o conflito de 2021 ocorreu durante a pandemia da Covid-19 (SECURITY COUNCIL, 2021).

Por conseguinte, pode-se depreender que o posicionamento francês foi, de certa forma, neutro, tendo em vista que reconheceu ataques de ambos os lados e se comprometeu a cessar as hostilidades também de ambos. Ainda, sua preocupação em levar ajuda aos prejudicados mostra sua consideração pelos civis e o reconhecimento de que as consequências do conflito estão além das questões territoriais e estatais.

#### **4.4 Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte**

O Reino Unido, no início do século XX, reconheceu a necessidade da existência de um território para o povo judeu através da Declaração de Balfour, escrita em 1917 pelo então secretário britânico de Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour. Nesse documento, o secretário afirmou que “A construção de uma pátria para os judeus na Palestina é vista pelo governo de Sua Majestade com bons olhos” (BALFOUR, 1917 apud PHILLIP, 2021). Porém, anos depois o primeiro-ministro Winston Churchill afirmou que essa declaração não se referia à toda região palestina e que essa região não ficaria sob poder dos judeus, mas que o desenvolvimento da comunidade judaica deveria se dar na margem ocidental do Rio Jordão (PHILLIP, 2021).

Dessa forma, devido à questão Israel-Palestina, em 2014 o Reino Unido reconheceu simbolicamente o Estado Palestino, ainda que até os dias atuais não o tenha feito de forma oficial. A afirmação do governo dizia que o reconhecimento formal se daria no momento em que o Reino Unido achasse apropriado, e isso deveria ocorrer em um momento certo no processo de paz entre os dois povos conflitantes. De acordo com o governo, o reconhecimento oficial deve servir de forma positiva para alcançar a paz na região, e que por enquanto o reconhecimento da soberania palestina não acabaria com a ocupação israelense, bem como os problemas do conflito não seriam resolvidos (PARLAMENTO...2014; DICKSON, 2022). Vale ressaltar que o Reino Unido possui com Israel acordos tanto comerciais, como de cooperação militar e tecnológica. Esses vínculos não foram rompidos em decorrência de quaisquer hostilidades israelenses. Todavia, o governo garante que não reconhece os territórios palestinos ocupados por Israel e que tais territórios não estão incluídos em seus acordos com o país (ABDULLAH, 2021).

No que diz respeito ao conflito ocorrido em 2021, de acordo com os discursos proferidos por Barbara Woodward, representante do Reino Unido no CSNU, o governo se mostrou preocupado com a expansão dos assentamentos de Israel e também com o deslocamento dos palestinos devido a essa expansão. Portanto, o governo pediu a Israel que permitisse mais vias legais para a construção da Palestina. Também, houve preocupação com o aumento do número de mortes dos palestinos por forças de segurança israelenses, ao que o Reino Unido instou moderação de todos os lados (DAME...2021). Ainda, o Hamas foi fortemente condenado pelo governo britânico, sendo reconhecido como um grupo terrorista — clamou-se pelo fim da violência por parte do grupo, e que este deveria reconhecer Israel e aceitar acordos previamente assinados. Quanto a isso, Woodward afirmou que os ataques do Hamas são inaceitáveis e injustificáveis (IN... 2021).

Ademais, foi afirmado que qualquer incidência de violência contra palestinos será condenada. Quanto a isso, o governo britânico se mostrou satisfeito pela forma como Israel vem abordando tal questão e pediu que o país levasse os responsáveis pelas violências à justiça para acabar com a impunidade. Também, foi pedido à Israel que descontinuasse a construção de assentamentos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, visto que isso ameaçaria a possibilidade da instauração de um estado palestino, da mesma forma que ameaça a paz e a estabilidade na região. Ainda em

resposta às hostilidades, a representante do CS reafirmou o comprometimento do Estado com a solução de dois Estados, no qual deve haver o compartilhamento de Jerusalém como capital (IN... 2021).

Por fim, o Reino Unido se mostrou preocupado com o uso excessivo de força por parte de Israel e afirmou que “Israel deve defender os princípios de necessidade e proporcionalidade ao defender seus legítimos interesses de segurança” (SECURITY COUNCIL, 2021). Dessa forma, é possível entender que o posicionamento britânico demonstra maior simpatia pelo Estado de Israel do que pela Palestina. Isso porque, apesar de condenar a violência israelense, o Reino Unido não se mostrou firme em seus pedidos para que Israel cessasse as hostilidades, mas ao mesmo tempo fez diversas condenações à Palestina. Também, definiu os ataques do Hamas como “injustificáveis”, e quanto ao uso de forças de Israel, afirmou que o Estado deveria usá-la de forma “proporcional”. Com isso, aparenta que o Reino Unido tenha aliviado as hostilidades israelenses, ao mesmo tempo em que condenou as palestinas.

#### **4.5 República Popular da China**

A República da China concedeu o reconhecimento *de jure* a Israel em 1º de março de 1949. Os dois Estados mantêm relação desde o reconhecimento de Israel pela República Popular da China em 8 de janeiro de 1950. A República Popular da China, no entanto, não correspondeu formalmente até o eventual estabelecimento de relações diplomáticas em 1992 (ABADI, 2004).

Em 2001, a China criticou incursões do Exército de Israel em seis cidades sob controle palestino (CHINA, 2001), demonstrando que desde aquela época o país já se preocupava com a situação dos conflitos entre Israel e Palestina. Frente aos acontecimentos mais recentes, em 2021, o embaixador da China na ONU disse que, junto à França, à Noruega e à Tunísia, está buscando uma resolução do Conselho de Segurança da ONU pedindo um cessar-fogo entre Israel e militantes palestinos que controlam Gaza. Além disso, o embaixador disse que “a China apoiará todos os esforços para facilitar o cessar-fogo, facilitar o fim da crise e a volta da paz no Oriente Médio” (CHINA, 2001, on-line).

Além disso, em maio de 2021, a China apresentou uma proposta de quatro pontos sobre o conflito Palestina-Israel. O primeiro ponto seria o fim da violência

e o cessar-fogo como máximas prioridades. A China condena fortemente os atos violentos contra civis e pede de novo que os dois lados parem imediatamente com as ações militares e hostis, assim como as ações que deterioram a situação, incluindo ataques aéreos, ofensivas terrestres e lançamentos de foguetes. Israel deve exercer a contenção em particular (XINHUA, 2021).

O segundo ponto consiste na assistência humanitária. A China pede que Israel cumpra sinceramente com suas obrigações sob os tratados internacionais, tire todos os bloqueios e assédio de Gaza o mais breve possível, garanta a segurança e direitos de civis no território palestino ocupado e forneça acesso à assistência humanitária. A comunidade internacional deve fornecer assistência humanitária para a Palestina e a ONU deve desempenhar um papel coordenador para evitar desastres humanitários graves (XINHUA, 2021).

O terceiro, de que o apoio internacional é uma obrigação. O Conselho de Segurança da ONU deve tomar ação vigorosa sobre o conflito Palestina-Israel, reiterar seu firme apoio a uma “solução de dois Estados” e incentivar que a situação se acalme o mais cedo possível. A China pede que os Estados Unidos assumam suas responsabilidades devidas, adotem uma posição justa e apoiem o CSNU a desempenhar seu devido papel no alívio da situação, na reconstrução da confiança e na solução política. A China também apoia a ONU, a Liga dos Estados Árabes, a Organização de Cooperação Islâmica e outros países a terem uma importante influência na região para desempenharem um papel mais ativo (XINHUA, 2021).

Quarto e último ponto, de que uma “solução de dois Estados” é a saída fundamental. A China apoia os dois lados a retomarem conversações de paz com base em uma “solução de dois Estados” o mais cedo possível, a estabelecerem um Estado da Palestina independente que desfrute da soberania total com Jerusalém Oriental como sua capital e com base na fronteira de 1967 e a realizarem fundamentalmente a coexistência pacífica Palestina-Israel, alcançarem a coexistência harmoniosa das nações árabes e judaica e obterem uma paz duradoura no Oriente Médio (XINHUA, 2021).

O conselheiro de Estado chinês e ministro das Relações Exteriores, Wang Yi, garantiu que a China continuará a intensificar esforços para promover as conversações de paz e cumprirá com seus deveres na presidência rotativa do CSNU (XINHUA, 2021). Além disso, Wang pediu “a unidade; adesão à paz, justiça e

imparcialidade; ficar no lado certo da história; e praticar o multilateralismo real, a fim de impulsionar a solução abrangente, justa e permanente da questão palestina o mais cedo possível” (XINHUA, 2021, on-line).

## **5 Análise Comparativa dos Posicionamentos dos Países Membros do Conselho de Segurança da ONU**

Segundo Sartori (1994, p. 35), a pergunta essencial a se fazer em momentos de comparação é: “comparável a respeito de quais propriedades ou características, e não comparáveis a respeito de quais outras propriedades ou características?”. Dessa forma, o autor afirma que:

Comparar implica assimilar e diferenciar nos limites. Se duas entidades são iguais em tudo, em todas suas características, é como se fossem a mesma entidade, e tudo termina aí. Ao contrário, se todas as entidades são diferentes em tudo, então é inútil compará-las, e da mesma forma tudo se conclui (SARTORI, 1994, p. 35, tradução nossa).

Portanto, apenas existe comparação quando os elementos comparados — que o autor chama de entidades — possuem algumas características em comum e outras diferentes. Com isso, decidiu-se comparar os países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU — China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia —, pois entende-se que eles são comparáveis no que diz respeito às características de seus posicionamentos. Esses países podem ser diferentes em questões de cultura e política, e ser iguais no que concerne ao seu poder dentro do CS, mas seus posicionamentos quanto a conflitos e assuntos de segurança variam, ora concordando, ora em desacordo.

Assim, tendo em vista a comparação desses países em relação ao aumento das tensões entre Palestina e Israel em maio de 2021, escolheu-se por quatro variáveis a serem comparadas, sendo elas: o reconhecimento do Estado Palestino; a forma como se deu o reconhecimento do Estado de Israel; a forma como se deu o reconhecimento das atrocidades vistas em maio de 2021; e o apoio à solução de dois Estados.

No que tange aos países que são favoráveis ao reconhecimento do Estado da Palestina encontram-se a França e o Reino Unido, que o reconheceram simbolicamente e estão dispostos a reconhecê-lo oficialmente, porém ainda não o fizeram por desacreditar que o reconhecimento da soberania Palestina poria um fim ao

conflito. Juntamente encontra-se a Rússia, que também não reconheceu oficialmente o Estado palestino em função de suas relações comerciais e bélicas com o Estado de Israel; todavia, se declara favorável para que haja esse reconhecimento, argumentando que esse fato seria essencial para o cessar do conflito.

Em relação ao reconhecimento oficial do Estado palestino, a China é o único países que apoiou o seu reconhecimento como membro observador da ONU. Em contrapartida, há os Estados Unidos que não reconhecem nem oficialmente e nem simbolicamente a existência da Palestina como um Estado soberano.

Diante do exposto, pode-se observar que dois países dos cinco reconhecem a Palestina como Estado apenas simbolicamente, enquanto um país apoia o seu reconhecimento sem reconhecê-la de fato. Já em lados opostos, há o país que aponta o reconhecimento oficial e a necessidade desse ato, e o país que não reconhece de nenhuma forma o território. Essa divergência se dá pela história política e social desses países com o conflito e também pela sua relação com os países conflitantes.

Quanto ao reconhecimento de Israel como um novo Estado, na sua criação, no início do século XX, os Estados Unidos reconheceram *de facto* o Estado de Israel em 14 de maio de 1948 e realizaram o reconhecimento *de jure* em 31 de janeiro de 1949, e não foi retirado o reconhecimento do Estado em nenhum momento. Já a Rússia reconheceu *de jure* Israel em 17 de maio de 1948, também não retirando seu reconhecimento. A França reconheceu apenas *de jure* em 24 de janeiro de 1949. Nesse quesito, o Reino Unido reconheceu *de facto* o país em 13 de maio de 1949 e *de jure* em 18 de abril de 1950. Por fim, a China só reconheceu Israel como um novo Estado *de jure* em 24 de janeiro de 1992, devido a problemas nas relações diplomáticas entre os países. Nesse quesito, pode-se concluir que os países apoiaram e reconheceram a formação do Estado de Israel em unanimidade. Entretanto, a forma do reconhecimento e as datas de realização foram diferentes e refletem a relação desses países com a questão e, principalmente, com Israel.

No que tange ao posicionamento dos países e o reconhecimento das atrocidades cometidas no conflito Israelo-Palestino de maio de 2021, é necessário analisar se há a condenação dos dois lados da mesma forma e se os países veem com igualdade a reação e contra-reação no conflito. Nesse quesito, a França condenou os ataques de foguetes feitos a Israel por parte da Palestina, da mesma forma que condenou a colonização que vem sendo feita por parte de Israel nas terras palestinas,

reconhecendo que esse ato vai contra o direito internacional. Dessa forma, depreende-se que a França condenou as atrocidades vindas de ambos os lados, de forma igualitária, pois demonstrou preocupação com as consequências dos atos na vida dos civis.

O Reino Unido, por sua vez, também mostrou descontentamento com o aumento de assentamentos israelenses em território palestino, apesar de não tê-lo acusado de colonialismo. Ainda, a preocupação em relação às mortes de palestinos por soldados israelenses levou a um posicionamento controverso: foi pedida “moderação de todos os lados” (SECURITY COUNCIL, 2021), o que parece tirar de Israel a responsabilidade das mortes causadas por seu exército. Ainda, parece colocar sobre os palestinos parte dessa responsabilidade. Ademais, o Reino Unido defendeu o direito de defesa de Israel, apesar de se preocupar com seu uso excessivo de força. Quanto aos ataques promovidos pela Palestina (ou pelo Hamas, grupo em frente do governo palestino), esses foram vistos como “inaceitáveis e injustificáveis” (SECURITY COUNCIL, 2021). Portanto, pelos discursos proferidos por parte do Reino Unido, a condenação das atrocidades não se deu de forma igualitária, parecendo conceder maior legitimidade para os atos israelenses.

Já a Rússia se posicionou totalmente contra as atrocidades cometidas por Israel, enfatizando que a diferença bélica e o ataque a crianças e mulheres em áreas pobres e afastadas eram atos condenáveis, e reforçou a necessidade de retomada da paz e da necessidade do apoio da ONU para com os palestinos que sofreram os ataques. Por outro lado, os Estados Unidos demonstraram entender a gravidade dos ataques, porém, reforçaram que em um conflito há ataques dos dois lados e enfatizaram que Israel se defendeu de um ataque anterior realizado por Gaza, desconsiderando a proporcionalidade bélica entre os países.

Por fim, a China condena fortemente os atos violentos contra civis e pede que os dois lados parem imediatamente com as ações militares e hostis, assim como as ações que deterioram a situação, incluindo ataques aéreos, ofensivas terrestres e lançamentos de foguetes. Ainda, defende que a comunidade internacional deva fornecer assistência humanitária para a Palestina e que a ONU deva desempenhar um papel coordenador para evitar desastres humanitários graves.

Quanto a essa variável, pode-se compreender uma unanimidade na condenação das atrocidades em si e também do reconhecimento da emergência humanitária



e defesa dos civis. Entretanto, os países divergem quanto ao entendimento da equidade dos países no conflito e na culpabilização para o início do conflito.

A solução de dois Estados prevê que a criação de dois Estados geraria a coexistência pacífica entre os territórios independentes de Israel e da Palestina, acabando com as disputas de soberania política, territorial e militar na região. A solução se baseia na separação da parte ocidental da Palestina histórica — judeu e árabe —, sendo os árabes residentes na Cisjordânia ou na Faixa de Gaza cidadãos do novo Estado palestino, abrangendo também os refugiados palestinos. No que tange aos árabes residentes em Israel, eles também possuiriam a oportunidade de escolher entre a cidadania israelense ou palestina. Vale ressaltar que as fronteiras do Estado da Palestina seriam baseadas nas fronteiras pré-1967, anteriores à Guerra dos Seis Dias (THE UNITED NATIONS, 2013).

A partir disso, afirma-se que todos os países permanentes do Conselho de Segurança da ONU apoiam a solução de dois Estados. Dessa forma, segundo Sartori (1994), não há comparação nessa variável pois é necessário encontrar o divergente entre as entidades, sendo elas similares em todas as variáveis, exceto uma, ou então diferenciando-se em todas as variáveis, exceto em uma. Portanto, no quesito do apoio à solução de dois Estados, pode-se afirmar que não é possível realizar uma comparação, entretanto, cabe acentuar esse posicionamento porque essa solução ainda não foi aplicada, não possuindo perspectivas futuras de que ocorra. Como esse posicionamento reflete uma solução para os dois Estados, o apoio a ele faz com que o quinteto não se comprometa nem se indisponha com nenhum dos Estados, e talvez, por isso, eles se posicionam dessa forma, ocasionando uma unanimidade dentro do Conselho de Segurança, em relação aos países permanentes. Esse fato não foi percebido em nenhuma outra variável analisada, visto que elas possuem diferenças, mesmo que mínimas ou em relação apenas ao discurso.

Em suma, pode-se concluir que a partir das quatro variáveis analisadas — o reconhecimento do Estado Palestino, a forma como se deu o reconhecimento do Estado de Israel, a forma como se deu o reconhecimento das atrocidades vistas em maio de 2021, e o apoio à solução de dois Estados — impõe-se que a influência do quinteto no conflito é significativa, e os seus posicionamentos podem influenciar nas tomadas de decisões diante dele. Da mesma forma, acredita-se na sua influência

Quadro1 - Posicionamento dos membros permanentes do CSNU

		Países				
		China	EUA	França	Reino Unido	Rússia
Variáveis	Reconhecimento do Estado Palestino simbolicamente			X	X	
	Reconhecimento oficial do Estado Palestino	X				
	Reconhecimento do Estado de Israel	X	X	X	X	X
	Igualdade no tratamento dos países em relação às atrocidades	X		X		X
	Apoio à solução de dois Estados	X	X	X	X	X

Fonte: AMARAL; SOUZA; NESS (2022).

## 6 Conclusão

Como visto, o conflito entre Israel e Palestina data de muitas décadas. Ao longo dessas décadas, o mundo acompanhou as hostilidades e tomou lados, legitimando ou condenando os atos de cada um desses dois atores. Da mesma forma, em momentos de guerra, os Estados se afastam ou se aproximam dos atores em conflito. No caso dos conflitos entre Israel e Palestina, dada a discrepância de forças entre os dois, não apenas em questões econômicas e militares, mas também no que tange ao reconhecimento dos Estados, alguns países tendem a uma aproximação com Israel. Isso pode ser visto nos posicionamentos dos países do CSNU.

Mesmo que atualmente muito se fale de um movimento de apartheid e de colonização por parte de Israel, o país ainda é aliado de diversos outros, a exemplo dos Estados Unidos e do Reino Unido, e mesmo que seja condenado por uma

variedade de países, ainda assim possui acordos comerciais e demais relações com eles. Então, pode-se depreender dos posicionamentos dos países do CS que há uma resistência em fazer condenações firmes aos atos israelenses, muito provavelmente por sua força bélica e tecnológica. Por outro lado, a Palestina, que nem ao menos é reconhecida como Estado, não possui muito a oferecer, dependendo então de um senso moral dos demais países para receber auxílio e reconhecimento.

Por conseguinte, pode-se verificar a permanência de uma dependência entre os países, como também o favorecimento do lado israelita. Ao observar o apoio dos Estados Unidos e o posicionamento dele diante dos conflitos recentes e das variáveis abordadas no artigo, percebe-se como a influência e o apoio de uma das maiores potências do mundo acarreta consequências para o atraso na resolução do conflito, ou então, auxilia na expansão de Israel que está cada vez mais estreitando o território e o poder palestino. Dito isso, ao apontar que os EUA reconheceram o Estado de Israel de imediato enquanto não reconheceram nem simbolicamente e nem oficialmente o Estado palestino, aponta-se uma preferência clara dentro do conflito, o que acarreta apoios e financiamentos que fortalecem Israel e auxiliam na sua vitória.

Além disso, a China possui um posicionamento diferente dos EUA, demonstrando em suas ações e discursos um apoio à Palestina, reconhecendo a sua legitimidade e apontando o desrespeito aos direitos humanos efetuados por Israel, como também apoiando uma igualdade no tratamento dos dois países no conflito, compreendendo as ações de ataque e as suas respostas proporcionais. Diante disso, pode-se analisar que, as grandes potências como a China e os EUA estão em lados opostos nesse conflito, o que estimula a rivalidade já presente entre os países, bem como, fornece meios para a Palestina reagir, visto que, possui um apoio de grande relevância no Sistema Internacional.

Vale ressaltar que, acima de tudo, os países estão defendendo os seus próprios interesses e demonstrando o seu poder nesse conflito, portanto, as questões humanitárias e sociais não são relevantes, a menos que sejam usadas por esses países como forma de demonstrar para a mídia internacional e para os outros países do sistema o seu “grande” auxílio para a Palestina, com o objetivo de se favorecer. No conflito Israelo-Palestino, para além dos embates religiosos, políticos, econômicos e territoriais internos, há também os conflitos externos, de influência de poder,

presentes nas grandes potências do CSNU. O atraso na discussão para uma resolução do conflito demonstra também que, dentro do conselho, os países possuem visões divergentes, além de ambicionarem a melhor resolução para si e para os seus interesses econômicos e políticos.

Cabe destacar que, uma possível resolução do conflito afetaria também esses países, acabando com sua fonte de consumo bélico e de influência em uma região estratégica economicamente, tal como, com a sua fonte de “ajuda humanitária” velada por um avanço político-estratégico no território, com ambições coloniais e de influência. Portanto, os posicionamentos dos países em relação ao conflito de 2021 mostram, acima de tudo, sua relutância em tomar medidas mais efetivas, que não apenas ofereçam uma ajuda humanitária à Palestina, mas que gerem ações concretas para o fim do conflito.

### **Comparative Analysis of the Positions of the United Nations Security Council’s Permanent Members in the face of the 2021 Israeli-Palestinian Conflict**

**Abstract:** With the Israeli-Palestinian conflict that occurred in May 2021, the United Nations Security Council (UNSC) members reunited to address the issue, as normally occurs when there are threats to world peace. The article’s objective is to compare the positions of the UNSC permanent members — China, France, Russia, the United Kingdom, and the United States. Thus, four variables were established, regarding the speeches and the relation among the countries with the actors involved in the conflict, in order to analyze the neutrality of the UNSC members. It was concluded that the countries’ speeches were not neutral, with the majority tending to align with Israel, besides the reluctance to take more drastic measures to end the conflict.

**Keywords:** omparative analysis; United Nations Security Council; Israel; Palestine.

para o fim do conflito, mas se questiona se essa influência está realmente sendo utilizada para tal, ou se as relações bilaterais estão sendo um empecilho para isso.

## Referências

A Assembleia Geral, concluindo a consideração anual da questão da Palestina e da situação no Oriente Médio, adota seis resoluções por voto registrado. **The United Nations – General Assembly**, 26 nov. 2013. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2013/ga11460.doc.htm>. Acesso em: 19 de abr. 2022.

A posição da Rússia sobre a questão Palestina permanece inalterada, diz Putin. **Poder 360**, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/a-posicao-da-russia-sobre-a-questao-palestina-permanece-inalterada-diz-putin/>. Acesso em: 10 de abr. 2022.

ABADI, Jacob. Israel's quest for recognition and acceptance in Asia. **Psychology Press**, online, p. 54–62. 2004. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780203504147/israel-quest-recognition-acceptance-asia-jacob-abadi>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ABDULLAH, Daud. Reino Unido perde a oportunidade de redimir-se sobre a questão palestina. **Monitor do Oriente Médio**, 2021. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20211202-reino-unido-perde-a-oportunidade-de-redimir-se-sobre-a-questao-palestina/>. Acesso em: 8 abr. 2022.

CHINA critica Israel e pede retirada de tropas da faixa de Gaza. **Reuters**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u7373.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CULPI, Ludmila; RODRIGUES, Noeli. A atuação da Organização das Nações Unidas e os fatores que impediram o reconhecimento da Palestina. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, jul-dez. 2012.

DAME, Barbara Woodward: All parties to Israeli-Palestinian conflict must be open to further dialogue. **Conservative Middle East Council (CMEC)**, 2021.

Disponível em: <https://cmec.org.uk/parliament/latest-parliamentary-diplomatic-news/dame-barbara-woodward-all-parties-israeli>. Acesso em: 8 abr. 2022.

DARWISH, Kareem. **News Consumption in Time of Conflict: 2021 Palestinian-Israel War as an Example**. arXiv, online, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2109.12844>. Acesso em: 12 abr. 2022.

DICKSON, Anna et al. UK Government recognition of the State of Palestine alongside the State of Israel. **House of Commons Library**, 2022. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cdp-2022-0039/>. Acesso em: 8 abr. 2022.

ESTADÃO. **Conselho de Segurança da ONU se reúne para discutir Israel e Palestina**. 2021. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2017/07/internacional/575294-conselho-de-seguranca-da-onu-se-reune-para-discutir-israel-e-palestina.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/07/internacional/575294-conselho-de-seguranca-da-onu-se-reune-para-discutir-israel-e-palestina.html). Acesso em: 21 abr. 2022.

EUA volta a bloquear declaração do Conselho de Segurança sobre conflito entre Israel e palestinos. **Estado de Minas Internacional**, 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/05/12/interna\\_internacional,1265810/eua-volta-a-bloquear-declaracao-do-conselho-de-seguranca-sobre-conflito-ent.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/05/12/interna_internacional,1265810/eua-volta-a-bloquear-declaracao-do-conselho-de-seguranca-sobre-conflito-ent.shtml). Acesso em: 10 abr. 2022.

FREIRE, Maria. A política externa russa e a Primavera Árabe: ambivalência num contexto de mudança. **Ciência Cultural**, São Paulo, v. 64, n. 4, out-dez. 2012.

GUERRA, Sidney; FABRICIO, Ádria. Análise da Incursão do Direito Internacional dos Direitos Humanos ao Território Normativo dos Conflitos Armados: Um Enquadramento Para o Conflito Israel-Palestina em 2021. **Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí, v. 9, n. 18, p. 117-137, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2021.18.12349>. Acesso em: 11 abr. 2022.

IN the absence of a political solution, it is vital that we improve conditions for Israelis and Palestinians. **Gov.uk**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/in-the-absence-of-a-political-solution-it-is-vital-that-we-improve-conditions-for-israelis-and-palestinians>. Acesso em: 8 de abr. 2022.

DARWISH, Kareem. News Consumption in Time of Conflict: 2021 Palestinian-Israel War as an Example. **arXiv**, online, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2109.12844>. Acesso em: 12 abr. 2022.

DICKSON, Anna et al. UK Government recognition of the State of Palestine alongside the State of Israel. **House of Commons Library**, 2022. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cdp-2022-0039/>. Acesso em: 8 abr. 2022.

ESTADÃO. **Conselho de Segurança da ONU se reúne para discutir Israel e Palestina**. 2021. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2017/07/internacional/575294-conselho-de-seguranca-da-onu-se-reune-para-discutir-israel-e-palestina.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/07/internacional/575294-conselho-de-seguranca-da-onu-se-reune-para-discutir-israel-e-palestina.html). Acesso em: 21 abr. 2022.

EUA volta a bloquear declaração do Conselho de Segurança sobre conflito entre Israel e palestinos. **Estado de Minas Internacional**, 2021. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/05/12/interna\\_internacional,1265810/eua-volta-a-bloquear-declaracao-do-conselho-de-seguranca-sobre-conflito-ent.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/05/12/interna_internacional,1265810/eua-volta-a-bloquear-declaracao-do-conselho-de-seguranca-sobre-conflito-ent.shtml). Acesso em: 10 abr. 2022.

FREIRE, Maria. A política externa russa e a Primavera Árabe: ambivalência num contexto de mudança. **Ciência Cultural**, São Paulo, v. 64, n. 4, out-dez. 2012.

GUERRA, Sidney; FABRICIO, Ádria. Análise da Incursão do Direito Internacional dos Direitos Humanos ao Território Normativo dos Conflitos Armados: Um Enquadramento Para o Conflito Israel-Palestina em 2021. **Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí, v. 9, n. 18, p. 117-137, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2021.18.12349>. Acesso em: 11 abr. 2022.

IN the absence of a political solution, it is vital that we improve conditions for Israelis and Palestinians. **Gov.uk**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/in-the-absence-of-a-political-solution-it-is-vital-that-we-improve-conditions-for-israelis-and-palestinians>. Acesso em: 8 de abr. 2022.

ISRAEL convoca embaixador da França, após declarações de ministro. **Correio Braziliense**, 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/>

ISRAEL convoca embaixador da França, após declarações de ministro. **Correio Braziliense**, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/05/4927297-israel-convoca-embaixador-da-franca-apos-declaracoes-de-ministro.html>. Acesso em: 7 abr. 2022.

LAMESA, Maitê Pereira. Israel-Palestina: Velhas perguntas sem novas respostas. **Dossiê de Conflitos Contemporâneos**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 27-36, out./jan., 2021. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2021/05/vol-2-n-1-2021.pdf#page=30>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MACRON pede negociações de paz entre Israel e Palestina. **Exame**, 2017. Disponível em: <https://exame.com/mundo/macron-pede-negociacoes-de-paz-entre-israel-e-palestina/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

MALBRUNOT, Georges. Emmanuel Macron rejette une reconnaissance de l'État de Palestine. **Le Figaro**, 2017. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/international/2017/12/22/01003-20171222ARTFIG00156-emmanuel-macron-rejette-une-reconnaissance-de-l-etat-de-palestine.php>. Acesso em: 7 abr. 2022.

NEVES, Ernesto. Conselho de Segurança da ONU se reúne para discutir situação em Israel. **Veja**, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/conselho-de-seguranca-da-onu-se-reune-para-discutir-situacao-em-israel/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ONU NEWS. **Conselho de Segurança se reúne, pelo segundo dia, sobre violência em Jerusalém**. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/05/1750462>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ORAZEM, Eloá. **Entenda a interferência norte-americana no conflito entre Israel e Palestina**. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/20/entenda-a-interferencia-norte-americana-no-conflito-entre-israel-e-palestina>. Acesso em: 10 abr. 2022.



/mundo/2021/05/4927297-israel-convoca-embaixador-da-franca-apos-declaracoes-de-ministro.html. Acesso em: 7 abr. 2022.

LAMESA, Maitê Pereira. Israel-Palestina: Velhas perguntas sem novas respostas. **Dossiê de Conflitos Contemporâneos**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 27-36, out./jan., 2021. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2021/05/vol-2-n-1-2021.pdf#page=30>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MACRON pede negociações de paz entre Israel e Palestina. **Exame**, 2017. Disponível em: <https://exame.com/mundo/macron-pede-negociacoes-de-paz-entre-israel-e-palestina/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

MALBRUNOT, Georges. Emmanuel Macron rejette une reconnaissance de l'État de Palestine. **Le Figaro**, 2017. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/international/2017/12/22/01003-20171222ARTFIG00156-emmanuel-macron-rejette-une-reconnaissance-de-l-etat-de-palestine.php>. Acesso em: 7 abr. 2022.

NEVES, Ernesto. Conselho de Segurança da ONU se reúne para discutir situação em Israel. **Veja**, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/conselho-de-seguranca-da-onu-se-reune-para-discutir-situacao-em-israel/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ONU NEWS. **Conselho de Segurança se reúne, pelo segundo dia, sobre violência em Jerusalém**. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/05/1750462>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ORAZEM, Eloá. Entenda a interferência norte-americana no conflito entre Israel e Palestina. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/20/entenda-a-interferencia-norte-americana-no-conflito-entre-israel-e-palestina>. Acesso em: 10 abr. 2022.

Órgãos da ONU. **Organização das Nações Unidas**, 2019. Disponível em: <https://unric.org/pt/orgaos-da-onu/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

PARLAMENTO britânico reconhece Palestina simbolicamente. **Exame**, 2014. Disponível em: <https://exame.com/mundo/>

parlamento-britanico-reconhece-palestina-em-simbolicamente/. Acesso em: 8 abr. 2022.

PHILLIP, Peter. 1917: Apoio britânico ao movimento sionista. **Deutsche Welle (DW)**, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1917-apoio-brit%C3%A2nico-ao-movimento-sionista/a-365813>. Acesso em 8 abr. 2022.

RUAN, Janaina Araújo de; SATUR, Roberto Vilmar. Conflito Israel-Palestina: As negociações em prol da paz. In: SATUR, Roberto Vilmar; CHACON, Alyanne de Freitas; RODRIGUES, Cláudia Caminha (org.). **Uma Década de LEA-NI no Ponto Extremo das Américas: Negociações Internacionais**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, p. 95-123. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/administracao/uma-decada-de-lea-ni-no-ponto-extremo-das-americas-negociacoes-internacionais/aliante-zlpdf-modificado.pdf#page=95>. Acesso em: 11 abr. 2022.

RÚSSIA sugere conferência sobre conflito israelo-palestino, EUA promete mudança de posição. **Isto É**, 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/russia-sugere-conferencia-sobre-conflito-israelo-palestino-eua-promete-mudanca-de-posicao/>. Acesso em: 10 abr. de 2022.

SECURITY COUNCIL. 8883rd meeting. **The situation in the Middle East, including the Palestinian question**. New York, 2021. Disponível em: [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_pv.8883\\_E.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_pv.8883_E.pdf). Acesso em: 6 abr. 2022.

YÁRNOZ, Carlos. França acelera o processo para reconhecer a Palestina como Estado. **El País**, 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/12/internacional/1415822816\\_744295.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/12/internacional/1415822816_744295.html). Acesso em: 7 abr. 2022.

XINHUA. **China apresenta proposta de quatro pontos sobre conflito Palestina-Israel**. 2021. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2021/0517/c309806-9850885.html>. Acesso em: 21 abr. 2022.